



SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL
PORTUGUESE HERITAGE SOCIETY
Direção

PORTUGAL 900 ANOS

Portugal está prestes a celebrar 900 anos de existência.

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal é, nos termos dos artigos 1.º e 3.º dos Estatutos, *“uma pessoa coletiva de utilidade pública”* que se define como *“uma associação patriótica de educação e cultura, que tem como objetivo a defesa da independência e da identidade de Portugal, bem como a afirmação da língua portuguesa como uma das principais línguas da comunidade internacional”* e que tem como missões *“colaborar com os órgãos de soberania, com a administração regional e autárquica, com a administração pública, assim como com as instituições da sociedade civil, na definição e aprofundamento dos princípios e valores estratégicos da independência e da identidade de Portugal”* e *“celebrar ou colaborar na celebração das grandes datas e eventos de Portugal.”*

Queremos estar à altura do legado intelectual e moral de Alexandre Herculano, grande escritor e grande historiador, um dos fundadores da Sociedade Histórica em 1861, então como Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640, o primeiro titular da Cadeira n.º 1 na Sala do Conselho Supremo do Palácio da Independência.

É nesse espírito que a Sociedade Histórica da Independência de Portugal concebeu e preparou este projeto para que solicita o **Alto Patrocínio de Sua Excelência O Presidente da República**, na convicção de se tratar de uma ideia e um projeto de alto serviço nacional, que se enquadram também no *“objetivo de promover, incentivar e mobilizar o País e os cidadãos para os desafios e as oportunidades que se colocam a Portugal.”*

Sigamos, então, o trajeto de onde vêm Portugal, os portugueses, a língua portuguesa, a nossa História.

A FUNDAÇÃO

A tomada do poder no condado portugalense por D. Afonso Henriques a 24 de junho de 1128 assinala o momento em que o embrião do país passou a ser governado de modo autónomo, que seria consagrado, quinze anos mais tarde, com a independência política reconhecida pela monarquia leonesa-castelhana.

Desde que o primeiro rei assumiu o governo do condado, jamais a expressão política de Portugal se diluiu noutras entidades. Cedo ganhou expressão identitária, que se afirmou persistente e inequivocamente, mesmo no único e curto período em que o Estado perdeu a independência entre 1580 e 1640. Portugal é, pois, o país com as fronteiras estáveis mais antigas da Europa e um dos países mais antigos do mundo, que sempre soube tirar partido de uma Geografia favorável, que o colocou na periferia do continente europeu, mas no centro da sua longa linha costeira.

O extremo ocidental da península Ibérica deu sinais de especificidade há mais de 2500 anos, quando não foi atacado pelas forças cartaginesas, que entraram na Península pela costa mediterrânica, e quando ofereceu uma resistência tenaz às legiões romanas. O Império Romano percebeu essa especificidade: em plena *pax romana* destacou duas províncias a Ocidente (primeiro, a Lusitânia e, depois, a Galécia) e esta estrutura administrativa persistiu sob a monarquia visigoda.

Assim que a Reconquista ganhou fôlego, o Ocidente voltou a ganhar expressão política: primeiro, com a Galiza e, depois, com os condados portucalense e conimbricense. Este último foi efémero, mas Portucale teve existência própria entre 868 e 1071 e foi reinstaurado em 1096, agora incorporando também as terras entre o Douro e o Mondego.

Os condes D. Henrique e D. Teresa deram mostras de querer exercer a hegemonia no Ocidente, onde Santiago de Compostela representava um problema inexistente no tempo dos romanos. O antagonismo entre Compostela e Braga comprometeu a unidade do Ocidente, mas reforçou a solidariedade do eixo Braga-Coimbra que se afirmou pujante em 1128, quando as forças predominantemente beirãs de D. Afonso Henriques neutralizaram os magnates galegos que rodeavam D. Teresa.



Batalha de São Mamede, Acácio Lino, pintura mural (Sala Acácio Lino do Palácio de S. Bento), 1922

Em 1143, o reino de Portugal foi reconhecido pela monarquia vizinha, depois de demonstrar a sua capacidade de prosseguir a reconquista, com uma vitória retumbante sobre os muçulmanos em 1139.

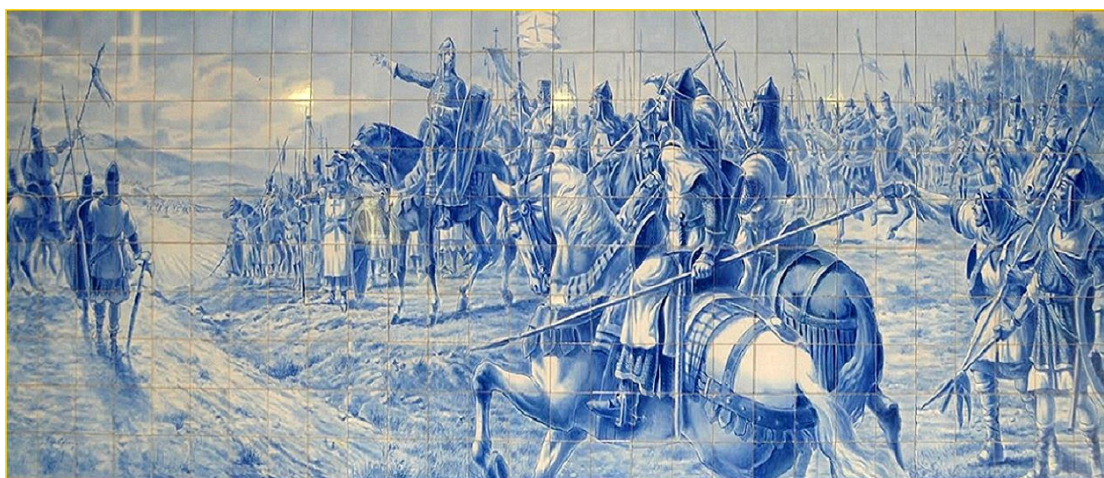
A partir de então Portugal desenvolveu uma identidade muito assente num ajustamento à geografia – a fronteira terrestre formou-se ao longo de uma linha defensável que integrava cerca de 70% do grande Ocidente peninsular; a fronteira marítima manifestou-se como estruturante logo em 1147 quando os portugueses obtiveram ajuda

vinda pelo mar para a conquista de Lisboa. A seguir, o desastre de Badajoz, em 1169, mostrou que dificilmente as restantes áreas do Ocidente – *grosso modo*, a Galiza e a Extremadura – seriam incorporáveis na monarquia portuguesa.

As incertezas da guerra continuaram a marcar a política hispânica nas décadas seguintes, fosse na luta entre cristãos e muçulmanos, fosse nas lutas internas que se disputavam dentro dos dois blocos. Portugal, porém, prevaleceu sempre como entidade capaz de manter a sua autonomia, o que valeu, finalmente, o reconhecimento pelo papado, através da bula *Manifestis probatum*, de 23 de maio de 1179, que pode ser encarada como o derradeiro episódio da luta dos magnates portugueses pela independência.

A IDENTIDADE E A MARCA

Nos séculos imediatos, a identidade forjou-se pela unidade linguística, oficializada em 1295, e pela perenidade fronteiriça, iniciada em 1297 e prolongada até à atualidade. Tendo formado um raríssimo Estado-língua no final do século XIII e beneficiando do envolvimento dos concelhos na discussão da política geral do reino, através das reuniões de Cortes, os portugueses formaram cedo uma comunidade coerente e solidária, independentemente do calculismo das elites. Essa identidade precoce manifestou-se de modo claro na crise de 1383-1385. A vitória na batalha de Aljubarrota permitiu que a identidade portuguesa continuasse a sedimentar-se no espírito da população.



D. Afonso Henriques na Batalha de Ourique - Centro Cultural Rodrigues de Faria, Forjães, Esposende

Nas Cortes de 1498, os capítulos do povo mostram que os portugueses não queriam que o seu rei fosse monarca de outros povos. Não queriam ser integrados, mas também não queriam incorporar – dificilmente se encontra manifestação mais clara de como um povo se considera uma nação. Os princípios que foram jurados em 1499, na eventualidade de a Hispânia ficar sob o cetro de D. Miguel da Paz, foram retomados por Filipe II, em 1581, nas Cortes de Tomar, e insistiam na autonomia da administração portuguesa, o que foi respeitado nos 60 anos de governação filipina.

Depois, em 1640, quando os conjurados decidiram que proclamariam a república se a Casa de Bragança não encabeçasse a conjura, vemos como a vontade de ser um Estado-

nação era inequívoca, o que foi confirmado pelo povo, pelo modo como todo o país e suas dependências ultramarinas aceitaram a nova dinastia e a restauração da independência.

Entretanto, o mar, que tinha mantido Portugal livre de Castela e tinha proporcionado o desenvolvimento de um novo eixo estrutural entre o Porto e Lisboa, reforçara a sua importância pela aliança estrutural com a Inglaterra e, depois, o espaço por onde os portugueses puderam alargar o seu território e os seus negócios. Os Descobrimentos tornar-se-iam, no futuro, um cartão de visita diplomático e constitui a marca forte de Portugal na História global da humanidade.

Nação antiquíssima com uma diplomacia planetária, integrada numa das maiores comunidades linguísticas do mundo, criadora de novas identidades, Portugal está prestes a celebrar o nono centenário do início da sua governação soberana. Este é, sem dúvida, um tempo propício para refletirmos sobre a nossa identidade e especialmente para que as novas gerações ganhem consciência deste extraordinário capital político e humano. Redescobrir o nosso passado, o legado da História, é decerto a melhor forma de percebermos a nossa relevância e solidez enquanto comunidade; compreender a nossa identidade é um imperativo para que os jovens de hoje saibam o seu papel no mundo.

A HISTÓRIA, CAPITAL DE REENCONTRO

Acreditamos que a História é um dos grandes ativos de Portugal, um poderoso recurso do país. Acreditamos que cultivar com brio os 900 anos do nosso país, privilégio tão raro na Europa e no mundo, é fonte de energia, de ânimo e de vigor para vencermos os desafios do presente e irmos mais além do que alguma vez fomos. Numa palavra, sermos melhores em todos os domínios.

Por isso, na Sociedade Histórica, desenvolvemos uma ideia original de comemoração ampla dos 900 amplos que queremos consolidar e partilhar com as autoridades, por forma a organizá-la com especial foco:

1. na juventude (a escola),
2. na cidadania (as instituições da sociedade civil) e
3. no povo português (a rua).

Quando caminhamos, agora, para os 900 anos de Portugal, poderia voltar a pôr-se uma questão antiga: onde vamos fixar a data para os comemorar? Qual o dia? Qual o ano a partir do qual contar 900? Há só uma data? Ou há várias? E pode haver várias?

A nossa resposta é: sim, há várias datas em que se manifestou o nascimento de Portugal. Podemos comemorar, na verdade, várias datas onde se construiu e afirmou o nascimento de Portugal. É bom e positivo que tenha havido várias datas em que se afirma a marca histórica, o selo



D. Afonso Henriques

inconfundível do nascimento de Portugal. E a nossa proposta é celebrá-las todas, balizando um espaço, o tempo do nascimento de Portugal.

Como escreveu José Mattoso, *“não é possível isolar um momento em que se possa surpreender a passagem do não ser para o ser: a nação não tem certidão de nascimento.”*¹ E mais adiante: *“A nacionalidade nasce de uma cadeia de factos históricos (no mais amplo sentido do termo, incluindo, portanto, factos coletivos, movimentos sociais e culturais, decisões políticas e conjunturas económicas, etc.) cuja conjugação pode finalmente levar à maturidade do fenómeno nacional.”*²



O logotipo é uma criação original de Carolina Grilo.

ORGANIZAR O CICLO DOS 900 ANOS

O período celebrativo pode estender-se por um tempo longo, desde o centenário da batalha de São Mamede, em 2028 até ao centenário da bula *Manifestis probatum*, em 2079, ou seja, os cinquenta e um anos que transcorreram desde que os portugueses passaram a ser governados exclusivamente pelo seu próprio príncipe, até ao ano em que a Santa Sé reconheceu, finalmente, a independência de Portugal.

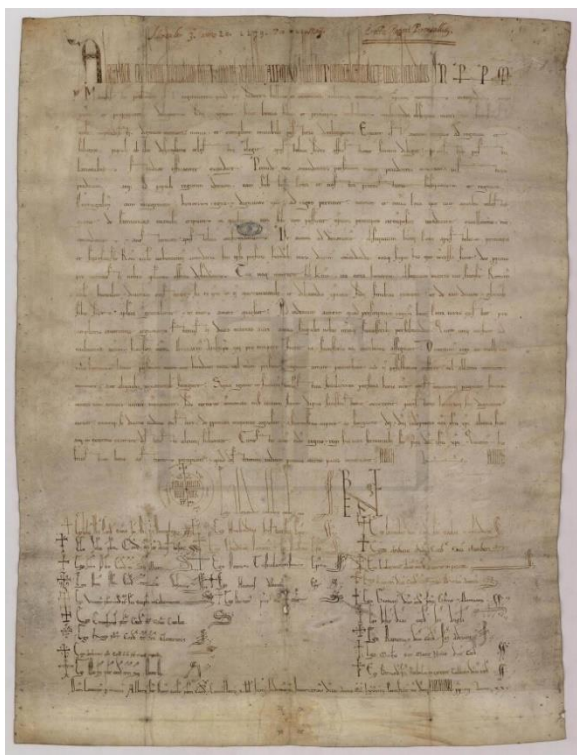
Não desejamos, contudo, definir uma longuíssima celebração, mas apenas assinalar os momentos fortes deste processo, destacando o valor fundador próprio daquelas datas

¹ José MATTOSO, “O Essencial sobre a Formação da Nacionalidade”, INCM, pág. 7.

² Ibidem, pág. 8.

nonicentenárias do nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques, inseridas numa sequência lógica fundadora e triunfante.

Definimos **dois grandes períodos**: o primeiro de 2025 a 2044; o segundo, de 2045 a 2079 (ou 2085, se se admitir querer cobrir todo o reinado de D. Afonso Henriques até à sua morte).



A bula *Manifestis probatum*

Quanto à organização do segundo período, é tarefa que não cabe nesta altura. Essas decisões serão ponderadas e tomadas em tempo oportuno por quem de direito, levando em conta quer as circunstâncias históricas e temporais específicas, quer os ensinamentos colhidos do primeiro período.

Dentro das respetivas janelas temporais, as comemorações com o selo dos 900 anos poderão incluir também a celebração centenária de outros factos ou referências historicamente importantes para a definição de Portugal, do território nacional, da identidade portuguesa e da liberdade coletiva e independência do país. Por exemplo: em 2029, os 850 anos da bula *Manifestis probatum* do Papa Alexandre III (1179); em 2034, o 6.º Centenário da dobragem do Cabo Bojador (1434); em 2035, os 650 anos da aclamação de D. João I e da Batalha de Aljubarrota (1385); em 2040, o 4.º Centenário do 1.º de Dezembro (1640); em 2052, o 6.º Centenário da conclusão da descoberta dos Açores, por Diogo de Teive, nas ilhas das Flores e do Corvo (1452), assim encerrando a definição do território nacional.

Focando-nos apenas no **primeiro período** (2025-2044), propomos a definição de **dois ciclos iniciais**:

- um de **2025 a 2031** e
- outro de **2039 a 2043**.

O **primeiro ciclo** – o COMEÇO – assinalará o tempo em que a autonomia portuguesa se afirmou com força irreversível, desde que o jovem D. Afonso Henriques se armou cavaleiro a si próprio em Zamora, até à fundação do mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra. Foram os anos da formação de um projecto político, com força político-militar e com um programa ideológico. Foram os anos da manifestação da vontade real do fundador de Portugal.

O **segundo ciclo** – a AFIRMAÇÃO – assinalará o tempo em que D. Afonso Henriques se afirmou como rei, desde que obteve uma vitória retumbante sobre os muçulmanos e passou a intitular-se *rex*, e o momento em que esse título foi reconhecido pelo seu suserano formal, o rei Afonso VII de Leão e Castela.

Entre ambos os ciclos, decorrerá um espaço intercalar (2032-2038), dedicado a ações de intercâmbio, editoriais e de divulgação, podendo também ocorrer a organização avulsa de outros centenários que se enquadrem no objeto amplo dos 900 anos de Portugal, da independência, da identidade e da definição do território. Exemplo: em 2034, o 6.º Centenário da dobragem do Cabo Bojador (1434); ou, em 2035, os 650 anos da aclamação de D. João I e da Batalha de Aljubarrota (1385).

O terceiro ciclo – a CONSAGRAÇÃO – ocorrerá já no final do segundo período (2045-2079 ou 2045-2085), ancorado com referência à bula *Manifestis probatum* (1179), não cabendo aprofundá-lo nesta altura, como acima foi já explicado.

*
* *

Para a direção do primeiro período (2025-2044), onde se incluem aqueles dois ciclos (2025-2031 e 2039-2043), a Sociedade Histórica tem prevista uma estrutura permanente com quatro órgãos:

COMISSÃO INSTITUCIONAL

Presidente: Presidente da Direção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Vogais: Presidente da Academia Portuguesa da História
Presidente da Academia das Ciências de Lisboa
Presidente da Academia Nacional de Belas Artes
Presidente da Academia de Marinha
Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa
Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Doutor João Paulo Oliveira e Costa (Universidade Nova de Lisboa)

Vice-presidente: Doutor José Eduardo Franco (Universidade Aberta)

Vice-presidente: Doutora Fátima Nunes (Universidade de Évora)

Secretário: Doutor Paulo Drummond Braga (Universidade Aberta)

Vogais: representante da Academia Portuguesa da História
representante da Academia das Ciências de Lisboa

representante da Academia de Marinha
representante da Comissão Portuguesa de História Militar
Doutor Saul Gomes (Universidade de Coimbra)
Doutor Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa)
Doutor José Augusto Pizarro (Universidade do Porto)
Doutor António Lázaro (Universidade do Minho)
Doutora Catarina Tente (Universidade Nova de Lisboa)
Doutor Luís Filipe Oliveira (Universidade do Algarve)
Doutora Marília dos Santos Lopes (Universidade Católica)
Doutora Susana Goulart Costa (Universidade dos Açores)
Doutora Luísa Paolinelli (Universidade da Madeira)
Doutor Fernando Moreira (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Doutora Maria Manuel Batista (Universidade de Aveiro)
Doutor Paulo Osório (Universidade da Beira Interior)
Doutora Madalena da Costa Lima (Universidade Aberta)
Doutor José Francisco Lynce Zagalo Pavia (Universidade Lusíada)
Doutor Bruno Cardoso Reis (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)
Doutor Paulo Mendes Pinto (Universidade Lusófona)
Doutor José Subtil (Universidade Autónoma de Lisboa)
Doutora Isabel Ponce de Leão (Universidade Fernando Pessoa)
Doutor Nuno Saldanha (Universidade Europeia)

COMISSÃO PERMANENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Sete membros da Comissão Executiva, incluindo os Presidente, Vice-presidentes e Secretário.

COMISSÃO CONSULTIVA

Presidente: Avelino de Freitas de Meneses

Nos períodos com ciclo específico de comemorações (2025-2031 e 2039-2043) será constituída uma **EQUIPA DE MISSÃO**, que, no respetivo período, ocupará o lugar da Comissão Executiva acima indicada, sendo constituída pelos seus membros que, à data, a integrarem.

A COMISSÃO INSTITUCIONAL é o órgão superior de direção e coordenação, mantendo-se estável, como definida, até ao final do programa (em 2079 ou 2085), rodando

os seus membros na medida e no tempo em que forem designados novos Presidentes das respetivas instituições que representam.

A COMISSÃO EXECUTIVA, ora indicada, tem mandato até 2031. A seguir, a sua composição pode ser mantida ou alterada no todo ou em parte, quer para o espaço intercalar subsequente (2032-2038), quer para o segundo ciclo específico de comemorações (2039-2043), em que será também a correspondente EQUIPA DE MISSÃO.

A COMISSÃO CONSULTIVA responderá a pedidos tanto da Comissão Institucional, como da Comissão Executiva e sua Comissão Permanente.

Na celebração de cada acontecimento incluída no Programa das comemorações, haverá a preocupação de a correspondente coordenação institucional e executiva ser atribuída rotativamente às diferentes instituições e universidades integrantes.

Será elaborado um **REGULAMENTO**.

Por último, quanto ao orçamento para os dois indicados ciclos específicos de comemorações (2025-2031 e 2039-2043) com Equipa de Missão, prevê-se o seguinte orçamento-tipo com base noutras experiências recentes:

ORÇAMENTO

(anual)

(euros)

Despesa com Recursos Humanos	600.000
Despesa com aquisição de bens e serviços	400.000
Despesas de coordenação e representação	200.000

TOTAL (anual): 1.200.000

O orçamento-tipo anual para os espaços de tempo intercalares, sem Equipa de Missão e com atividade reduzida, será definido tendo em conta as necessidades de funcionamento contínuo (exemplo: secretariado permanente, comunicações, etc.) e as ações previstas em publicações, deslocações e outras. Havendo centenários avulsos que se associem ao Programa dos 900 anos terão orçamento próprio.

O apoio do Governo será indispensável, nos termos a definir, à luz das experiências similares anteriores. Cada orçamento anual em concreto poderá ter variações para mais ou para menos, consoante o programa de atividades previsto para o ano respetivo.

O subprojecto autónomo **FORAIS DA FUNDAÇÃO, MUNICÍPIOS DE PORTUGAL** terá estrutura, programação e orçamento próprio. Assinalando os 900 anos das cartas de foral

atribuídos a cerca de 60 concelhos pelo nosso primeiro Rei e por seus pais, visa descentralizar as comemorações dos 900 anos de Portugal e enraizar o seu cunho popular.

Terá a sede da Direção Executiva em Viseu (no Município) e a sede da Coordenação Científica em Coimbra (na Universidade).

*

* *

Portugal merece estes 50 anos para celebrar 900. Este facto é, ao mesmo tempo, um milagre e uma proeza. Nós, portugueses, precisamos de beber na memória para nos conhecermos melhor e alimentarmos a nossa autoestima e a nossa confiança, essenciais para acreditar, progredir, vencer os desafios de cada tempo.

Celebrar-nos, pela alegria de sermos nós, e gostar de nós é o melhor modo que temos para entendermos o prodígio e alimentarmos a proeza que é Portugal.



O logotipo e suas possíveis variantes são uma criação de Carolina Grilo.

Lisboa, 12 de outubro de 2023

José Ribeiro e Castro
Presidente da Direção